



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ÍNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	2
I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.....	2
II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.....	9
III - Requisitos da contratação.....	15
IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.....	43
V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.....	45
VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.....	47
VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.....	49
VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação.....	51
IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.....	53
X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.....	54
XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes.....	57
XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.....	58
XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.....	59
CONCLUSÃO.....	60
1. Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:.....	60
2. Membros da Equipe de Fiscalização (sugestão):.....	60



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, art. 18, § 1º, incisos I a XIII)

Art 6º, inciso XX – estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

O presente Estudo Técnico Preliminar destina-se a subsidiar processo para a contratação de empresa especializada de serviços de engenharia ou arquitetura para execução de reforma predial na Vara do Trabalho de Naviraí/MS.

Nesta presente contratação, busca-se realizar as atividades de reforma predial, de modo que está alinhada ao previsto no Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis deste Tribunal (processo nº 2466/2018, doc. 119, página 9).

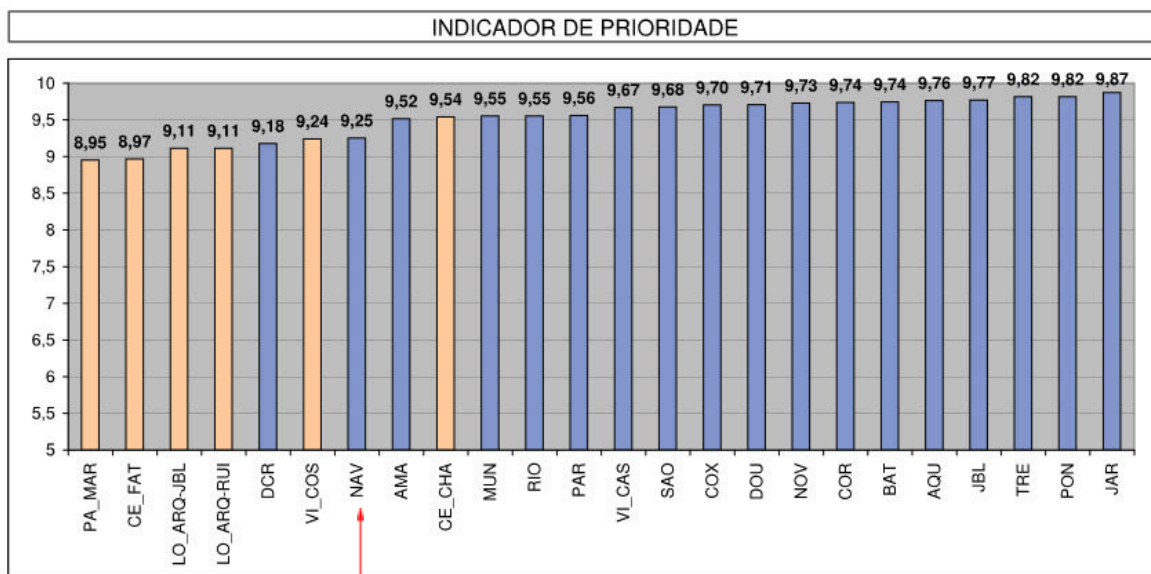
Conforme levantado no processo TRT nº 2466/2018 (Plano Plurianual de Obras), o imóvel apresenta 14 anos de idade e área construída de 311,20 m².

O imóvel está localizado em terreno de esquina, conforme imagem extraída do Google Maps, da avenida Caarapó e rua Guaranis.

A situação atual do imóvel que justifica a necessidade da reforma, além da mencionada priorização pelo Plano Plurianual de Obras, estão registradas no memorial de imagens e fotos, conforme anexo. Neste documento pode-se verificar as principais necessidades de intervenção. Ainda, conforme documento nº 4 deste Processo, foi juntado o programa de necessidades foi realizado em conjunto com representantes do imóvel, da segurança institucional e da Tecnologia da Informação e Comunicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



Demanda por reformas prediais (áreas construídas existentes)

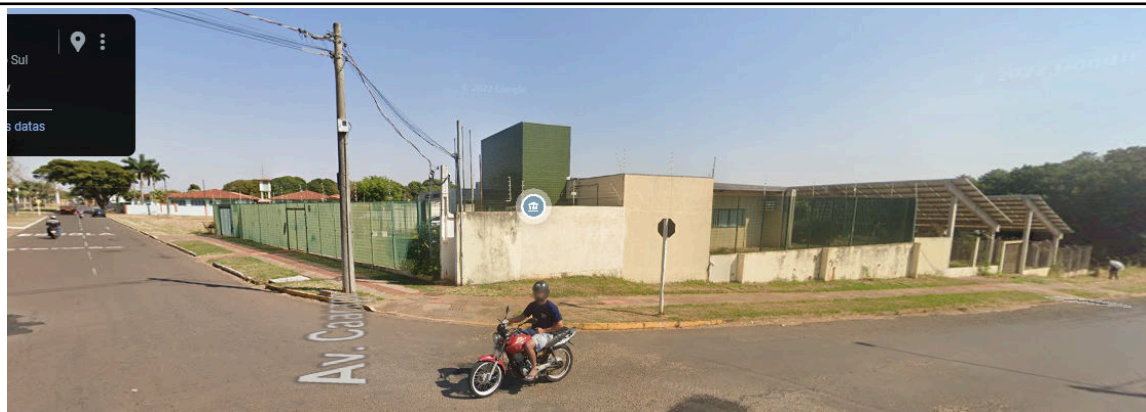
Idade atual do imóvel em anos	Percentual (%) a ser aplicado sobre a área construída existente
Até 10 anos	20%
De 11 a 20 anos	35%
Maiores que 21 anos	50%

Localidade	Condição do Imóvel	Ano de construção do imóvel (habite-se, ocupação, termo de recebimento)	Idade atual do imóvel em anos em relação ao ano corrente	Área construída existente em m2	Percentual (%) a ser aplicado sobre a área construída existente	Área equivalente estimada de intervenção em m2
Foro Trabalhista Senador Ramez Tebet (JBL) de Campo Grande	Próprio	16/12/1994	28	6.345,65	50%	3.172,82
Arquivo Geral (LO_ARQ-JBL) de Campo Grande	Locado (com ônus)					
Arquivo Geral (LO_ARQ-RUI) de Campo Grande	Locado (com ônus)					
Edifício Sede (DCR) de Campo Grande	Próprio	22/05/2012	10	16.092,86	20%	3.218,57
Vara do Trabalho de Amambai (AMA)	Próprio	14/12/2012	10	365,49	20%	73,09
Vara do Trabalho de Aquidauana (AQU)	Próprio	20/01/2003	19	388,47	35%	135,96
Vara do Trabalho de Bataguassu (BAT)	Próprio	11/02/2015	7	356,12	20%	71,22
Vara Itinerante de Cassilândia (VI_CAS)	Próprio	01/02/2014	8	254,41	20%	50,88
Vara do Trabalho de Chapadão do Sul (CE_CHA)	Cedido (sem ônus)					
Vara do Trabalho de Corumbá (COR)	Próprio	19/12/1996	26	522,69	50%	261,34
Vara Itinerante de Costa Rica (VI_COS)	Cedido (sem ônus)					
Vara do Trabalho de Coxim (COX)	Próprio	20/11/1996	26	285,69	50%	142,84
Foro Trabalhista Doutor Lauro Machado De Souza (DOU)	Próprio	20/05/1996	26	1.371,15	50%	685,57
Vara do Trabalho de Fátima do Sul (CE_FAT)	Cedido (sem ônus)					
Vara do Trabalho de Jardim (JAR)	Próprio	30/04/2019	3	627,00	20%	125,40
Posto Avançado de Maracaju (PA_MAR)	Cedido (sem ônus)					
Vara do Trabalho de Mundo Novo (MUN)	Próprio	26/05/1997	25	426,86	50%	213,43
Vara do Trabalho de Naviraí (NAV)	Próprio	17/06/2009	13	311,20	35%	108,92
Vara do Trabalho de Nova Andradina (NOV)	Próprio	03/04/1998	24	415,38	50%	207,69
Vara do Trabalho de Paranaíba (PAR)	Próprio	20/08/1998	24	504,00	50%	252,00
Vara do Trabalho de Ponta Porã (PON)	Próprio	15/09/2003	19	389,83	35%	136,44
Vara do Trabalho de Rio Brilhante (RIO)	Próprio	04/12/2013	9	444,94	20%	88,98
Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste (SAO)	Próprio	27/11/2012	10	356,49	20%	71,29
Foro Trabalhista Stênio Congro de Três Lagoas (TRE)	Próprio	15/10/1997	25	783,64	50%	391,82

Vara do Trabalho de Naviraí (NAV)	Próprio	17/06/2009	13	311,20	35%	108,92
-----------------------------------	---------	------------	----	--------	-----	--------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



Especificamente, tal reforma visa atender todas as necessidades de reformas e adequações cuja extensão das intervenções não puderam ser realizadas pelo contrato vigente de manutenção predial terceirizada. Neste item estão principalmente:

- retirada de cercamento em tela galvanizada: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- demolições e rasgos em alvenaria bem como recomposição do piso e das paredes: o material produzido é considerado entulho de obra, sendo, portanto encaminhado para descarte de resíduos por meio de caçamba de recolhimento de entulhos, autorizada para disposição final em aterros licenciados do município;
- remoção de chapas metálicas (ACM da fachada): podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- retirada de concertina, fiações elétricas e vidros: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;

- execução de área de serviço e vagas veiculares cobertas, passeio em concreto, gradil de fechamento do terreno, instalações elétricas, instalações de lógica, pinturas, revestimentos em geral, impermeabilização de telhas metálicas: no processo de instalação, haverá perdas e sobras (pedaços e arremates), as quais também podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;

- melhoria na acessibilidade predial (piso tátil).

É importante mencionar, a fim de justificar a imprescindibilidade da contratação, sob a perspectiva do interesse público, o impacto que a falta da contratação do serviço de reforma poderá causar na prestação jurisdicional sob o ponto de vista dos subsistemas prediais ora propostos:

- segurança predial e de pessoas - houve tentativa de invasão pelo terreno onde está instalada a usina fotovoltaica, de modo que a cerca tipo alambrado foi cortada e permitiu a entrada de pessoas não autorizadas. Além do sistema citado, tal região é utilizada para estacionamento de veículos oficiais e de servidores. Assim a substituição da tela por gradil e cerca eletrificada dificultará e inibirá novas tentativas de invasão. Haverá também a instalação de um portão metálico para acesso a região da entrada de energia.
- área de serviço - será providenciada área melhor adaptada para guarda de materiais e utensílios de limpeza geral, o que atualmente estava sendo utilizadas locais não adequados (copa, torneira de jardim, tanque sem proteção). São melhorias de salubridade de ambientes de trabalho.
- proteção de topo de alvenarias - utilização de chapas metálicas tipo rufo para proteção de topo de alvenarias (muros de fechamento e sobre telhados), regiões nas quais há incidência de infiltração de água de chuva, o que afeta o revestimento (pinturas), provoca descolamento de reboco, danifica tijolos cerâmicos internos as paredes, além de provocar aspecto visual inadequado (aparência de mofado, sujo, fissuras). Tais aspectos interferem na imagem pública deste Tribunal.
- substituição de portas internas - estado de conservação inadequado a utilização, bem como apresentando maçanetas que não possuem acessibilidade predial (são do tipo bola ou sem alavanca).
- substituição de revestimento de fachada em alumínio composto - material apresentando descascamento da pintura, o que leva a sensação de não conservação do imóvel. Tais aspectos interferem na imagem pública deste Tribunal bem como podem causar insegurança nas pessoas que estão na região da entrada predial.
- complementação de instalações de esgoto e de águas pluvias - foram verificadas a necessidade de melhorias no escoamento de água de chuva para melhor utilização dos pátios internos ao imóvel, bem como em alterações na rede interna de esgoto sanitário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

que se encontram com vazamentos em caixas de passagem. Melhoria em aspectos ambientais e de utilização do prédio.

- substituição de motor de portão de elevação - melhoria no acesso de veículos para áreas internas ao imóvel, garantindo segurança e acessibilidade.
- instalação de placas sinalizadoras de segurança (paredes e piso) e de luminárias de emergência - trata-se de itens relativos a exigências de segurança para prevenção e combate a incêndios, conforme legislação estadual do Corpo de Bombeiros Militar.
- substituição de fiação elétrica - foram verificadas deficiências em quadros elétricos, disjuntores, tomadas, interruptores e na fiação elétrica de modo geral, sendo necessárias para manter o imóvel em condições adequadas de utilização e segurança. Tais itens fazem parte do rol de verificações para emissão de atestado de conformidade de instalações elétricas, exigidas pela legislação estadual do Corpo de Bombeiros Militar.
- substituição de cabeamento estruturado de dados - atualmente os cabos utilizados são da categoria 5 e serão substituídos por categoria 6, o que trará maior confiabilidade no tráfego de dados e informações digitais. São também trocadas as tomadas de terminação dos cabos nas áreas de trabalho e os equipamentos patch panels na terminação dos cabos nos racks dentro da sala técnica de TI, bem como os cabos tipo patch cord de interligação dos servidores de rede aos patch panels. Trata-se de melhoria na qualidade de infraestrutura de TI, da qual todo o sistema eletrônico judicial depende para utilização dentro do imóvel.
- substituição de lâmpadas fluorescentes por LEDs - trata-se de medida para melhorar a eficiência energética predial, o que auxiliará na redução do consumo de energia elétrica e na eficiência da utilização de recursos orçamentários.
- substituição de placas de forro - trata-se de placas modulares de forro que foram danificadas por infiltrações na cobertura, uma vez que o imóvel não apresenta laje de concreto entre as telhas e o forro. As placas estão com aspecto de sujidades, manchas, e destacamento de materiais, o que interferem na imagem pública deste Tribunal bem como podem causar insegurança nas pessoas que estão sob as regiões afetadas.
- execução de calçamento para veículos - será aplicado em parte do terreno onde há sombreamento da usina fotovoltaica, de modo que os veículos possam permanecer em melhores condições de acondicionamento. Ademais, poderá ser de área para utilização dos servidores e jurisdicionados.
- execução de calçamento ao redor do prédio principal - foram verificadas infiltrações na região do rodapé, nos ambientes internos, ao longo da faixa perimetral, cuja causa é a proximidade do solo externo e incidência direta de água de chuva infiltrada no solo. Ao se proteger o solo ao redor da edificação (calçamento), haverá redução da incidência de água nas proximidades das paredes.
- substituição da porta de vidro de entrada - trata-se de troca da porta de vidro de correr (lateral) por porta de vidro de abertura frontal, inclusive com a colocação de barra de abertura anti-pânico, mais adequada para atendimento de normas de prevenção e combate a incêndio.
- pintura completa interna e externa - haja vista que desde a construção do imóvel, não se havia realizado uma pintura completa do imóvel, o que revitaliza as condições estética



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

de imagem pública predial bem como auxilia na proteção contra intempéries (água de chuva), efetua cobertura das fissuras e trincas.

- aplicação de piso podotátil - trata-se de colocação de piso podotátil em ambientes internos e externos, para atendimento de acessibilidade predial, complementando o sistema já existente.

Assim, busca-se efetivar os atributos estratégicos de valor de acessibilidade, eficiência, sustentabilidade e valorização das pessoas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais”.

No que concerne ao Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para o sexênio 2021/2026 (Processo nº 20568/2020, doc. 70), verifica-se que historicamente os ciclos de planejamento iniciados em 2010 apresentaram atividades relacionadas a manutenção, implantação e melhorias de infraestruturas prediais, denotando-se a importância prover ambientes prediais adequados a consecução da missão deste Tribunal (atividade-fim), bem como prover infraestrutura para demais atividades de apoio (atividades-meio).

Entretanto, no mapa estratégico vigente, à primeira vista, não se pode identificar de imediato alguma atividade diretamente relacionada a infraestruturas. Pelas características da presente contratação, parece-nos relacionar diretamente aos “PROCESSOS INTERNOS”.

Ao se examinar detalhadamente cada uma das 5 atividades descritivas deste item, pode-se identificar o subitem “Fortalecer a governança e a gestão estratégica”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



2021 | ESTRATÉGIA | 2026

MISSÃO

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país

ATRIBUTOS DE VALOR

Acessibilidade / Agilidade / Comprometimento / Efetividade / Eficiência / Ética / Inovação / Respeito à diversidade / Segurança jurídica / Sustentabilidade / Transparência / Valorização das Pessoas

BENEFÍCIO INSTITUCIONAL

Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional

SOCIEDADE

Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

PROCESSOS INTERNOS

Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Garantir a duração razoável do processo

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

Fortalecer a governança e a gestão estratégica

Promover a integridade e a transparência dos atos de gestão

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Incrementar modelo de gestão de pessoas

Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

48

Em relação a essa Perspectiva Estratégica, tal plano apresenta a menção à eficiência operacional, aqui entendida como produzir o maior benefício possível empregando-se o menor dispêndio de recursos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



Ao se observar o detalhamento do Objetivo Estratégico “Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica”, vê-se que há menção a gestão de aquisições (neste caso, contratações). Ainda, no item de “Orientação Estratégica”, tem-se dois itens a se ressaltar:

- Desdobramento da estratégia em nível tático e operacional;
- Gestão de continuidade do negócio;

No que se refere a continuidade de negócios (definição abaixo), a infraestrutura predial é essencial e basal, uma vez que serve de suporte diretamente para atividades-fim (local para realização de audiências presenciais, por exemplo) e para atividades-meio (garantia de ambiente em condições de operação da infraestrutura física de Tecnologia da Informação e Comunicação, entre outros). A continuidade de negócios pode ser aqui entendida como garantir a produção do sistema (realizar sua missão) com a maior disponibilidade e confiabilidade possíveis (igual ou maior ao nível mínimo aceitável), em todos os subsistemas dos processos internos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

NORMA
BRASILEIRA

ABNT NBR
ISO
22301

Segunda edição
01.06.2020

**Segurança e resiliência — Sistema de gestão de
continuidade de negócios — Requisitos**

*Security and resilience — Business continuity management systems —
Requirements*

3.3

continuidade de negócios

capacidade de uma *organização* (3.21) continuar a entrega de *produtos ou serviços* (3.27) em um nível aceitável com capacidade predefinida durante uma *disrupção* (3.10)

[FONTE: ISO 22300:2018, 3.24, modificada – A definição foi substituída.]

Desse modo, para se garantir ambientes adequadas a cada uma das inúmeras atividades desenvolvidas, é imprescindível manter e melhorar as infraestruturas prediais.

Uma vez que atualmente não se dispõe de recursos próprios (seja mão de obra, materiais ou equipamentos), o atendimento das diversas demandas internas deverá ser atendido por meio de contratações.

São justamente estas contratações e sua priorização de execução ao longo do tempo que integram o desdobramento da estratégia em nível tático e operacional.

Especificamente no caso de obras e serviços de engenharia, conforme previsto na Resolução CSJT nº 70/2010, a construção, ampliação, reforma e manutenção das edificações são necessárias ao desempenho da atividade jurisdicional e demais atividades de apoio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Além disso, proporcionar um ambiente predial com conveniências ao jurisdicionado, Magistrados e servidores, demonstra a busca dos seguintes valores estratégicos:

- Acessibilidade;
- Efetividade;
- Eficiência;
- Sustentabilidade;
- Valorização das pessoas.

Especificamente, tal reforma visa atender todas as necessidades de reformas e adequações cuja extensão das intervenções não puderam ser realizadas pelo contrato vigente de manutenção predial terceirizada. Neste item estão principalmente:

- retirada de cercamento em tela galvanizada: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- demolições e rasgos em alvenaria bem como recomposição do piso e das paredes: o material produzido é considerado entulho de obra, sendo, portanto encaminhado para descarte de resíduos por meio de caçamba de recolhimento de entulhos, autorizada para disposição final em aterros licenciados do município;
- remoção de chapas metálicas (ACM da fachada): podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente e confecção de brise metálico;
- retirada de concertina, fiações elétricas e vidros: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- execução de área de serviço e vagas veiculares cobertas, passeio em concreto, gradil de fechamento do terreno, instalações elétricas, instalações de lógica, pinturas, revestimentos em geral, impermeabilização de telhas metálicas: no processo de instalação, haverá perdas e sobras (pedaços e arremates), as quais também podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- melhoria na acessibilidade predial (piso tátil).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Tais itens são condições basais de acessibilidade e de habitabilidade predial, bem como para continuidade do negócio.

Ademais, essa demanda está prevista no plano anual de contratações de 2024 (PA 24135/2023, doc. 8, página 20).

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2024														
Sigla da unidade requisitante	Descrição sucinta do produto/serviço	Justificativa sucinta da necessidade da aquisição/contratação	Classificar como: alta, média ou baixa	Utilizar o código SIGEO	Especificar a quantidade do produto ou a quantidade de meses se for serviço	Para tempo (serviço) indicar em meses	Valor unitário do produto. Se serviço, o valor mensal.	Produto: multiplicar pela quantidade. Serviço: multiplicar pelo tempo (meses) total do contrato	Indicar um dos 10 objetivos do "Plano Estratégico"	Indicar no formato (mês/ano): xx/202x	Indicar no formato (mês/ano): xx/202x	Indicar o órgão	Monitoramento a cargo da SA/DGC	Obs DGC
Unidade Requisitante	Descrição	Justificativa	Prioridade	Código do Item (SIGEO)	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total estimado	Planejamento Estratégico Institucional	Mês previsto para envio a Sec. Adm.	Mês previsto para compra / contratação / renovação	Compra / contratação compartilhada	Mês de efetivo envio a Sec. Adm.	
NSPAS	Lavanderia	Garantir a correta higienização das peças utilizadas nos atendimentos de saúde e pela Secretaria Geral da Presidência e Secretária do Tribunal Pleno (SGP).	Alta	151252023000072	10	mês	R\$ 300,00	R\$ 3.200,00	Incrementar modo de gestão de pessoas	02/2024	04/2024			Instrução processo à cargo da CML. O contrato atende a SGP, o STP e o NSPAS.
Núcleo de Manutenção e Projetos de Engenharia - NMPE														
NMPE	Recolhimento de ART's dos Engenheiros do Tribunal	Manutenção do quadro técnico perante Conselho profissional CREA/MS	Média	151252024306707	3	trimestre	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	01/2024	01/2024			
NMPE	Manutenção de condicionadores de ar das diversas unidades do Estado, com fornecimento de peças de reposição	Garantir desempenho e qualidade do ar durante vida útil dos equipamentos	Média	151252024306686 e 151252024306697	12	mês	R\$ 9.500,00	R\$ 124.000,00	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	01/2024	06/2024			Próxima licitação com vistas a unificação dos contratos de manutenção de ar condicionado.
NMPE	Aquisição de livros técnicos de construção civil, engenharia e arquitetura, em papel e versão digital	Atualizar conhecimentos e melhorar especificação de produtos e serviços	Média	151252024305710	1	unidade	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	05/2024	08/2024			
NMPE	Assinatura anual base de custos TCPO VIES PINI	Atualizar conhecimentos, melhorar especificação de produtos e serviços, obter base de dados de custos de composições de serviços e de materiais	Média	151252024306685	1	ano	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	02/2024	06/2024			
NMPE	Reforma Predial da Vara do Trabalho de Naviraí	Sequenciamento de reformas constantes do Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis	Média	151252024306300	1	unidade	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	Fortalecer a governança e a gestão estratégica	01/2024	04/2024			

Ainda, mesmo nessas situações, as necessidades são avaliadas e priorizadas por meio do sistema de priorização de demandas instituído no processo nº 2208/2019 (doc. 143). Nesse documento, essa demanda apresenta a condição PEG ajustada de 1.060.

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO	VALOR	CLASSIFICAÇÃO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE 2023	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
04, a fazer - PROJETOS	60	ALTA	1.060	Reforma predial da Vara do Trabalho de Naviraí em 2023 (ver processo 24501/2022 e plano de obras)	NAV	a definir	sem processo	13/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

III - Requisitos da contratação

(Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.)

SERVIÇOS NECESSÁRIOS E SEUS IMPACTOS

Trata-se de serviço de execução, abrangendo intervenções nas áreas internas e externas, com duração prevista para 4 (quatro) meses.

Verifica-se algumas situações a serem consideradas, em razão da natureza dos serviços a serem realizados no imóvel da Vara do Trabalho:

- Em razão da necessidade de reforma em áreas externas, conforme projetos encaminhados no Projeto Básico, haverá necessidade de se isolar as áreas sob intervenção, na projeção horizontal das proximidades das fachadas. Ademais, algumas infraestruturas de segurança também poderão ser afetadas (câmeras, cerca eletrificada, retirada de tela de fechamento). Convém comunicar a equipe da DSI bem como o responsável local para que se possa tomar medidas de redirecionamento de fluxos de pessoas e veículos.
- Em razão da necessidade de pintura completa interna e externa, haverá produção de ruídos (intermitentes) e material pulverulento, o que pode afetar as atividades laborais dos ambientes internos, bem como a realização de audiências. Assim, o responsável local deverá ser comunicado para que possa realizar o agendamento de interrupção de funcionamento predial e suas consequências no andamento judicial dos processos.

DA NATUREZA DO SERVIÇO

Não se trata de prestação de serviço de natureza contínua, porém de demanda certa.

Ressalta-se que, no presente caso, o serviço pretendido se enquadra na classificação de obra constante da Resolução CSJT nº 70/2010 (Republicada em cumprimento ao art. 4º da Resolução CSJT nº 346, de 30.09.2022), artigo 2º. Deste modo, é necessária a avaliação do porte da obra para enquadramento de seu grupo (art. 6º).

Art. 2º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I – Obra – toda construção, reforma ou ampliação de edificação pública, realizada de forma direta ou indireta;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Art. 6º As obras e as aquisições prioritárias de imóveis serão segregadas em três grupos, de acordo com o custo total estimado de cada projeto: (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)

I - Grupo 1 - Obra ou aquisição de imóvel de pequeno porte, cujo valor se enquadre no limite de até quinze vezes o estabelecido no Inciso I do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021; (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)

II - Grupo 2 - Obra ou aquisição de imóvel de médio porte, cujo valor corresponda até o limite de oito vezes acima do estabelecido para o Grupo I; (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)

III - Grupo 3 – Obra ou aquisição de imóvel de grande porte, cujo valor ultrapasse ao limite estabelecido para o Grupo II. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)

Inciso I do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (valor atualizado pelo DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 - R\$ 119.812,02)

No caso presente, a pretendida reforma se enquadra no Grupo 1 (valores estimados em R\$ 511.373,75) estando abaixo do limite do valor de R\$ 1.797.180,30 – quinze vezes o valor de R\$ 119.812,02).

Deste modo, esta reforma fica dispensada de aprovação pelo seu Pleno ou Órgão Especial (art. 7º, §2º, inciso II) bem como dispensada de análise e aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (art.8º).

Art. 7º O Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis do Tribunal será aprovado pelo seu Pleno ou Órgão Especial, bem como suas atualizações ou alterações. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 228, de 23 de novembro de 2018)

§ 2º Ficam dispensados da aprovação prevista no caput: (Redação dada pela Resolução CSJT nº 228, de 23 de novembro de 2018)

I - os projetos das obras destinadas ao atendimento de casos de emergência, na forma da Lei nº 14.133/2021; (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

II – os projetos das obras e as aquisições de imóveis classificadas no Grupo 1, vedado o fracionamento da despesa.

Art. 8º Os projetos das obras e as aquisições de imóveis no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus passarão por avaliação e aprovação do colegiado do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 228, de 23 de novembro de 2018)

Parágrafo único. Ficam dispensados da análise e da aprovação do CSJT: (§1º transformado em parágrafo único pela Resolução CSJT nº 228, de 23 de novembro de 2018)

I – as obras destinadas ao atendimento de casos de emergência, na forma da Lei nº 14.133/2021; (Redação dada pela Resolução CSJT nº 346, de 30 de setembro de 2022)

II – as obras e as aquisições de imóveis classificadas no Grupo 1, vedado o fracionamento da despesa. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 228, de 23 de novembro de 2018)

Ratifica-se que não há previsão de outros serviços ou intervenções neste imóvel, de natureza semelhante (reforma predial), para este ano corrente, de modo que não ocorra eventual fracionamento da despesa.

DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

De acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, cabe observar os seguintes requisitos para a contratação pretendida:

- a) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços;
- b) Apresentação de projeto para implantação de canteiro de obras organizado, com critérios mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte;
- c) Emprego de estruturas pré-moldadas fabricadas em material que permita a reutilização;
- d) Apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), de acordo com a Resolução 307, de 5 de julho de 2002 do CONAMA. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto, a contratada deve comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

- e) Utilização, caso necessário, de andaimes e escoras preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- f) Previsão de espaço físico específico para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis;
- g) Preservação de espécies nativas e compensação da vegetação suprimida, se houver;
- h) Uso de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e policloreto de vinila – PVC;
- i) Utilização da Norma ABNT NBR 15920 como referencial para eficiência econômica das seções dos cabos elétricos com base em perdas por efeito joule;
- j) Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo;
- k) Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações.
- l) Uso obrigatório de agregados reciclados nas obras executadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

Referente aos resíduos sólidos gerados:

- Deverá ser apresentado pela CONTRATADA à Fiscalização, juntamente a cada período e medição, a documentação comprobatória, quando houver, emitida por ente público, contendo a autorização para transporte dos resíduos.
- Deverá ser apresentado pela CONTRATADA a Fiscalização, juntamente a cada período e medição, a documentação comprobatória, quando houver, emitida por ente público, contendo a autorização para destinação final dos resíduos.
- Deverá ser apresentado pela CONTRATADA a Fiscalização, juntamente a cada período e medição, a documentação comprobatória, quando houver, emitida por ente público ou privado, contendo a listagem dos resíduos submetidos ao sistema de logística reversa, a serem encaminhados em devolução ao fabricante ou importador, responsáveis pela sua destinação final ambientalmente adequada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Os materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços contratados devem observar os critérios de sustentabilidade constantes do subitem 5.1 do Guia de Contratações Sustentáveis da JT, quais sejam:

- Deve ser dada preferência à aquisição de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme ABNT NBR – 15.448-1 e 15.448-2.
- Os produtos devem ser acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.

DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE: Ainda de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tais como idosos, gestantes, obesos, devem ser observados os requisitos previstos na ABNT NBR 9050, dentre os quais: construção de rampas com inclinação adequada para acesso de pedestres; adaptação de ambientes, mobiliário, portas e corredores nas dependências e acessos.

DA COTA EXCLUSIVA/PARCELAMENTO DO OBJETO PARA ME e EPP: Tendo em vista que o valor estimado para a contratação supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo seletivo não será destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

OUTRAS PRÁTICAS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021:

A CONTRATADA deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;
- não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: Nos art.s 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; Nos art. 149, 203 e 207 do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Código Penal Brasileiro; No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

O cumprimento deste subitem poderá ser demonstrado mediante consulta ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>

Nos termos do art. 2º, § 2º, da Resolução CSJT n.º 310/2021, as cotas raciais e de gênero não poderão ser observadas, visto que não há dispositivo legal que assim o determine, não cabendo à Administração arbitrar percentual mínimo de contratação pelas empresas, conforme o Acórdão n.º 140/2017 - TCU - Plenário.

A CONTRATADA deve apresentar/comprovar, como especificação do objeto, ou seja, no momento da licitação:

- Apresentação de documentação de Conformidade de Madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC ou similar. Nos casos de madeira de origem nativa não certificada a sua procedência legal deve ser comprovada mediante apresentação, pelo fornecedor, da Autorização de Transporte DOF (Documento de Origem Florestal) expedido pelo IBAMA ou Guia Florestal (GF) emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de âmbito estadual.
- Empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
- Cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

O cumprimento dos dois subitens acima poderá ser demonstrado mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299> ou por declaração da CONTRATADA.

REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do Contrato será por empreitada por preço global.

A regra a ser observada é a de que todos os serviços e todas as atividades que integram o objeto devem ser quantificados, salvo se não for possível.

Tal obrigatoriedade decorre do fato de que, sem a quantificação precisa do objeto, não é possível definir o preço global para o encargo a ser executado.

Se a ideia é exigir preço global para o encargo definido, será necessário quantificar todos os insumos, os materiais, as atividades e os serviços.

No caso presente, verifica-se que todos os fatores que poderiam conduzir a uma impossibilidade de correta quantificação foram minimizados, na medida em que houve um processo investigatório preliminar, consubstanciado pelas vistorias nos locais de execução da reforma predial pretendida e consubstanciada nos projetos desenvolvidos.

Deste modo, entende-se que este serviço apresenta atividades bem definidas, justificando-se assim a adoção do regime de empreitada por preço global (inciso XXIX, art. 6º e inciso II do art. 46 da Lei 14.133/2021).

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços global será o valor máximo global orçado pelo TRT da 24ª Região para a contratação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Os preços unitários da CONTRATADA poderão ser diferentes daqueles constantes da planilha de referência do TRT da 24ª Região, limitados a no máximo 20% superior ao preços referenciais deste Tribunal, desde que o valor de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do Contrato fique igual ou abaixo do preço de referência do Tribunal (art. 13, inciso I, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013).

No valor global da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, a Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (PQCU), a Planilha de Composição do BDI (de serviços e diferenciado para equipamentos) e a Planilha de Composição dos Encargos Sociais, de acordo com os modelos integrantes dos Anexos ao Edital.

Para análise dos preços unitários e preço global, pelo TRT da 24ª Região, será exigida também a apresentação, por meio eletrônico, da Planilha de Composição de Custos Unitários (PCCU) e do Cronograma Físico-Financeiro (CFF).

As Taxas de BDI referenciais empregadas na obtenção do valor global máximo são:

- de 27,18% (vinte e sete vírgula dezoito por cento) incidente sobre o serviço (serviços: material e mão de obra);
- de 14,66% (catorze vírgula sessenta e seis por cento) incidente sobre os materiais, equipamentos e serviços especializados.

Critério de aceitabilidade das propostas (conforme Súmula nº 259 do TCU) - para o atendimento do art. 11 do Decreto Federal nº 7.983/2013, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação ao preço global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho;

A emissão da CNDT será consultada por este TRT e, no caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta aos dados cadastrais do SICAF.

Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;

Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (IN SEGES/ME nº 116/2021, art. 5, “c”) ou sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1,0 (um);

Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação econômico-financeira será feita por meio do somatório dos valores de cada consorciado.

Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação aos valores exigidos para os licitantes individuais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A documentação relativa à Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA LICITANTE):

Certidão válida de inscrição da empresa LICITANTE e certidão válida de inscrição de, pelo menos, 01 (um) responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura (CAU), referente ao exercício de 2024. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do CREA – MS ou do CAU – MS, por ocasião da contratação.

Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo CREA ou CAU, que comprove(m) a prestação de serviços, pela empresa licitante:

- de execução ou supervisão de construção ou reforma predial com área construída mínima de 150,00 m²;
- de execução ou supervisão de construção ou reforma predial com área mínima de 90,00 m² de forro em painéis ou modular;
- de execução ou supervisão de construção ou reforma predial com área mínima de 180,00 m² ou volume mínimo de 14,00 m³ de piso em concreto armado;
- de execução ou supervisão de construção ou reforma predial com área mínima de 240,00 m² de pintura em textura para paredes.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Os atestados deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentos sobre o tema.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (DO PROFISSIONAL DA EMPRESA LICITANTE):

Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável(is) técnico(s) (arquitetura ou engenharia civil) detentor(es) de Certidões de Acervo Técnico (CAT emitida pelo CAU ou CREA), por execução de serviços com características mencionadas na Qualificação Técnico-Operacional da empresa licitante (execução ou supervisão de construção ou reforma predial de construção ou reforma predial), sem qualquer limitação mínima de quantitativo executado.

A(s) certidão(ões) citadas nesse item deverá(ão) estar devidamente registrada(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados.

Poderá ser apresentado o Atestado de Capacidade Técnica que deu origem à Certidão de Acervo Técnico a fim de complementar suas informações.

A comprovação de vínculo profissional será feita mediante apresentação de:

Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como CONTRATANTE; OU

Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; OU

Cópia do contrato de trabalho, ou de certidão do CREA em que conste o profissional como responsável técnico da licitante; OU

Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

O(s) profissional(is) detentor(es) de acervo técnico nomeado por uma licitante não poderá(ão) ser apresentado(s) como Responsável(is) Técnico(s) de outra licitante.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o Contrato em assembleias gerais ou nas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Na hipótese das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário, nos seguintes termos:

1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público.
2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria.

CONTRATO

A contratação dar-se-á mediante a formalização de Contrato entre este Tribunal e a licitante vencedora, conforme minuta Anexa ao Edital, pelo regime de execução de empreitada por Preço Global.

A vigência da contratação terá início na data de sua assinatura e seu término com o adimplemento total das obrigações da CONTRATADA perante o CONTRATANTE, previstas para serem concluídas no prazo de 8 (oito) meses, sendo o período inicial de emissão da ordem de início de serviços e mobilização de 1 (um) mês, acrescido do prazo de execução de 4 (quatro) meses, e do período de 90 (noventa) dias para emissão do termo de recebimento definitivo final.

Considera-se data da assinatura aquela constante neste instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

De acordo com a Resolução nº 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021, a CONTRATADA deve comprovar, como condição prévia à assinatura do Contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

- A. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;
- B. não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no Contrato original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

No caso de alteração que possa repercutir na execução do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

No caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de aplicação de rescisão contratual e demais penalidades decorrentes da inexecução total.

- C. Em atenção aos arts. 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- D. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- E. Aplicam-se também às empresas subcontratadas as regras dos subitens A, B, C e D. Nesse caso, as subcontratadas deverão apresentar declaração de não haver no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do TRT da 24ª Região situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (Declaração de inexistência de vínculo empregatício, conforme modelo constante em anexo do Edital).

A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as plantas, os projetos e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE e aprovados pelas autoridades competentes, bem como as cláusulas deste Contrato.

Para todos os efeitos, fazem parte integrante do Projeto Básico e como se nele transcritos estivessem, os documentos a seguir mencionados:

- Edital de licitação;
- Caderno de Encargos (Memorial Descritivo com Especificações de Serviços);
- Projetos e detalhamentos;
- o Caderno Geral de Encargos (CGE), do Banco do Brasil - Edição 1995, Partes I, II e III, de pleno conhecimento das partes, e integralmente registrado e arquivado em microfilme no Cartório de Títulos e Documentos do 2º Ofício de Brasília, Capital Federal, sob o número 218504, do qual a CONTRATADA recebe um exemplar em perfeita ordem, em arquivos eletrônicos.
- Os cadernos técnicos, manuais e composições analíticas do sistema SINAPI, disponibilizadas, para consulta e aplicação nesta contratação, pela página eletrônica da Caixa Econômica Federal. (endereço eletrônico: acessar Relatórios por Unidade da Federação – Mato Grosso do Sul – <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx>).
- Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (PQCU);
- Planilha de Curva ABC de serviços;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Planilha de Composição de Custos Unitários (PCCU);
- Planilha de Composição do BDI (de serviços e diferenciado para equipamentos);
- Planilha de Composição dos Encargos Sociais (conforme SINAPI);
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Modelo de Livro de Ordem.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subempreita total dos serviços. Todavia, considerando-se a complexidade da reforma, será permitido fazê-la até o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do valor global do Contrato mediante a autorização prévia do CONTRATANTE, cuja análise deverá ser concluída em até 2 (dois) dias úteis após entrega da documentação exigida, permanecendo a CONTRATADA responsável direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

Em caso de mora neste caso seria deste Tribunal (CONTRATANTE), para efetuar análise da documentação exigida, tal período de análise poderá ser abonado da data final de entrega, quando se tratar de serviço que interfira diretamente no prazo final de conclusão do objeto (caminho crítico do cronograma físico-financeiro, do tipo PERT-CPM). Entretanto, estamos utilizando um tipo de cronograma físico-financeiro mais simplificado (Gantt), de modo que a análise deverá ser realizada em cada caso objetivo.

No caso de subcontratação, deverá ser subcontratada microempresa ou empresa de pequeno porte, nas parcelas subcontratadas com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 147, de 2014. Não sendo possível atender o disposto neste subitem, a CONTRATADA deverá comprovar o motivo.

É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento à eventual subcontratada, bem como todas as responsabilidades legais e as decorrentes desta contratação, apresentando responsabilidade solidária nas relações entre a CONTRATADA e todas as empresas subcontratadas.

As atividades passíveis de subcontratação com seus percentuais aproximados, conforme constantes na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (PQCU), observada a limitação do percentual de 35% , são as seguintes:

- Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e Programa de Gerenciamento de Riscos e placa de obra (2,0%);
- Coberturas e fechamentos (16,1%);
- Esquadrias de madeira e ferragens (4,1%);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Painel em alumínio composto ACM (6,2%);
- Granitos (0,6%);
- Instalações de cabeamento estruturado (2,5%);
- Esquadrias de vidro temperado e acessórios (1,7%);
- Cerca eletrificada (0,6%);
- Limpeza mecanizada de terreno (0,1%);
- Instalações de ar condicionado (0,3%).

As informações relativas às empresas subcontratadas deverão ser apresentadas à Fiscalização com antecedência de 5 (cinco) dias úteis antes do início do serviço previsto na etapa do cronograma, e por escrito para aprovação, observado sempre o limite autorizado.

O prazo de análise da documentação apresentada à FISCALIZAÇÃO será de no máximo 2 (dois) dias úteis.

Caso não haja aprovação em tempo hábil referente à documentação apresentada à FISCALIZAÇÃO, os serviços previstos para realização por subcontratação poderão ser prorrogados, desde que comprove o efetivo impacto no cronograma físico-financeiro.

A regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista da subcontratada deverá ser comprovada mediante a apresentação dos documentos exigidos para habilitação da CONTRATADA constante do Edital, bem como da documentação relacionada no “subitem E”.

Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o TRT da 24ª Região pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação e por todos os danos decorrentes do serviço subcontratado.

Conforme relacionado na planilha orçamentária de referência, verifica-se alguns serviços não são diretamente ligados às atividades de maior relevância técnica ou financeira e apresenta-se a possibilidade de subcontratação destes, que pelos percentuais reduzidos ou pela sua especialização, são atividades acessórias ao escopo principal.

A responsabilidade da empresa contratada continua, para todos os efeitos, sendo integral quanto à qualidade e garantia dos serviços



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

técnicos subcontratados, bem como no gerenciamento e organização das atividades nas regiões sob intervenção.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

No Projeto Básico da presente contratação estão indicadas marcas, características ou modelos, meramente como referência técnica, sendo permitida a indicação de outras desde que sejam comprovadamente equivalentes tecnicamente, para análise e possível aprovação da equipe de fiscalização. A equivalência técnica se refere às especificações técnicas dos materiais ou equipamentos, nas quais estão estabelecidas as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo projeto.

SEGUROS, GARANTIAS E COBERTURAS CONTRA RISCOS

Correrá por conta da CONTRATADA as seguintes garantias, sendo necessária a apresentação da apólice ou comprovação correspondente:

- Garantia Contratual;
- Seguro de Responsabilidade Civil;
- Seguro de Risco de Engenharia.

GARANTIA CONTRATUAL:

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia contratual correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, podendo essa optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal (CEF), mediante depósito identificado a crédito do CONTRATANTE.

No caso de fiança bancária deverá conter a expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil e a afirmação de que como devedor solidário e principal do pagador, fará o pagamento ao TRT da 24ª Região, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

O prazo máximo para a apresentação da garantia é de 15 (quinze) dias consecutivos, contado da data da assinatura do Contrato nos casos de caução em dinheiro ou fiança bancária e de 1 (um) mês contada da homologação da licitação no caso de apólice de seguro

Nos termos do art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado por este Tribunal, cujo montante será equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta vencedora, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com este Projeto Básico.

A garantia deverá abranger todo o período de execução contratual, iniciando-se no prazo máximo após efetuada a Ordem de Início de Serviços e com seu término no prazo previsto para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final previsto para ocorrer no prazo de 8 (oito) meses.

O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais.

O valor da garantia somente será colocado à disposição da CONTRATADA mediante as seguintes condições:

Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo Final da Obra ou Rescisão do Contrato, desde que, neste caso, a empresa não possua obrigação ou dívida inadimplida com o CONTRATANTE;

Expressa autorização do CONTRATANTE.

O CONTRATANTE poderá utilizar a garantia contratual, a qualquer momento, para se ressarcir das despesas decorrentes de quaisquer obrigações inadimplidas da CONTRATADA, inclusive prejuízos eventualmente decorrentes da execução do Contrato, tais como a responsabilidade por multas decorrentes de penalidades, multas de obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais.

Utilizada a garantia na forma prevista no subitem anterior, ou no caso de aumento do valor global da obra e/ou reforma, a CONTRATADA fica obrigada a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE ou da data do Termo Aditivo, o que ocorrer primeiro.

Caso ocorra a dilação do prazo da execução do objeto e conseqüentemente na data prevista para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final, prazo de até 90 dias após emissão do Termo de Recebimento Provisório, a garantia contratual deverá ter sua data de vencimento revalidada para a nova data contratual prevista, sem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE, desde que este não tenha concorrido para a dilação.

Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Para as multas pecuniárias estabelecidas no item de “Sanções Administrativas”, a garantia contratual somente será utilizada nos casos em que o valor da multa não foi recolhido mediante desconto do pagamento ou recolhimento de Guia GRU.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL:

Para se precaver contra os riscos de danos pessoais e materiais, inclusive os ocorridos na via pública, durante a execução dos trabalhos e até data prevista para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATADA fará, em nome do CONTRATANTE, Seguro de Responsabilidade Civil, respeitadas as disposições legais. Na hipótese de atraso na conclusão da obra e/ou reforma, a CONTRATADA deverá renovar o seguro, pelo prazo necessário à sua conclusão. Em todos os casos deverá ser respeitado o prazo de cobertura de 6 (seis) meses referente à Manutenção Ampla. O montante a ser coberto neste tipo de seguro deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor global do Contrato.

SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA:

Igualmente, fica a CONTRATADA responsável por todas as avarias e danos cobertos pelo Seguro de Riscos de Engenharia, incluindo o seguro de riscos contra fogo, inclusive o celeste, durante a execução dos trabalhos e até data prevista para a emissão do Termo de Recebimento Provisório. Na hipótese de atraso na conclusão da obra e/ou reforma, a CONTRATADA deverá renovar o seguro, pelo prazo necessário à sua conclusão. O montante a ser coberto neste tipo de seguro deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor global do Contrato.

Os seguros de Responsabilidade Civil e Risco de Engenharia, deverão ser feitos por meio de seguradora credenciada no IRB - Brasil Resseguros S.A., e apresentados ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Contrato.

A CONTRATADA se responsabilizará pelas devidas precauções em relação aos materiais e equipamentos importados, que por ventura sejam necessários serem adquiridos, adotando medidas que entender cabíveis para a cobertura contra variação cambial de moeda estrangeira (proteção hedge, por exemplo), de modo a minimizar o impacto na execução contratual.

Na ocorrência eventual de retardamento indesejado do cronograma físico-financeiro, que impeça a instalação programada de equipamentos, objeto desta contratação, a CONTRATADA responsabiliza-se pelo armazenamento e acondicionamento seguro dos materiais e equipamentos no canteiro da obra e/ou reforma e/ou escritório próprio, até que haja condições seguras e adequadas de sua instalação. Não será admitida a possibilidade de pagamento exclusivo de materiais e/ou equipamentos sem que estejam instalados e operacionais, excetuando-se o caso previsto no §2º do artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigência de apresentação de Seguro Garantia, Seguro de Responsabilidade Civil e Risco de Engenharia: propõe-se exigir os três tipos de seguro haja vista os riscos que cada um visa atenuar:

- Seguro Garantia: em virtude da situação econômica amplamente noticiada, verifica-se que diversas empresas estão potencialmente com dificuldades financeiras, o que poderia potencialmente acarretar uma execução com atrasos no cronograma previsto ou, em último caso, abandono da obra. Assim, este seguro busca proteger minimamente nesta situação já identificada.
- Seguro de Responsabilidade Civil: trata-se de cobertura contra eventuais danos que a obra possa ocasionar a terceiros.
- Risco de Engenharia: trata-se de cobertura contra eventuais danos materiais à própria obra.

No caso desta reforma predial, trata-se de atividades com intensa movimentação de materiais e pessoas, principalmente em área externa inclusive com içamento de materiais e equipamentos, com trabalho em altura, o que aumenta o risco de acidentes (impermeabilização de cobertura). Ademais, haverá necessidade de isolar algumas áreas de estacionamento de veículos e de circulação de pessoas para que haja maior segurança no desenvolvimento das atividades. Ainda, haverá



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

intervenção de substituições e instalações do sistema elétrico e de cabeamento estruturado, o que pode necessitar maiores cuidados de segurança. Por fim, haverá alguns serviços a serem realizados no entorno predial, haja vista a troca de tela por gradil em todo o perímetro de fechamento do imóvel.

Assim, a cobertura destes dois seguros se faz necessária frente à possibilidade de ocorrência de danos, seja na própria edificação, seja em relação a pessoas e bens de terceiros.

VISTORIA

A vistoria poderá ser realizada até o último dia anterior à licitação, observando-se o horário de expediente da Justiça do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul de 8h às 17h, e ser agendada com antecedência por meio do telefone (67) 3461-0016 ou e-mail nmp@trt24.jus.br, momento em que será indicado um responsável para o acompanhamento.

Poderá a licitante interessada em participar do certame, em substituição à Certidão de Vistoria, declarar que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais inerentes ao cumprimento das obrigações do objeto, responsabilizando-se pela falta de informação que prejudique sua proposta, conforme modelo Anexo ao Edital.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá ser conforme o Projeto Básico e demais documentos técnicos (projetos executivos, planilha orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e memoriais descritivos), de acordo com a forma definida para realização de todas as fases constantes na proposta.

O Cronograma Físico-Financeiro para a realização dos serviços é apresentado junto aos projetos executivos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

As etapas indicadas no cronograma deverão ser respeitadas, podendo sofrer eventuais alterações quando apresentadas pela CONTRATADA e aprovadas pela equipe de fiscalização e pela Administração.

Os profissionais deverão ser apresentados devidamente uniformizados, portando crachás de identificação funcional da CONTRATADA, com foto recente e nome do empregado.

A execução e a operação dos serviços, provisórios e definitivos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessária e indevidamente, no acesso e/ou uso de vias e de bens públicos ou de bens particulares.

Caberá à CONTRATADA, desde o início e até a entrega dos trabalhos a ela adjudicados, a manutenção e a segurança de todos os serviços realizados.

Caberá à conta da CONTRATADA ou de seu segurador a reparação de danos causados a terceiros em decorrência dos serviços.

Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância dos serviços, provisórias e permanentes, até a data do Termo de Recebimento Provisório dos serviços pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá executar os serviços com empregados compatíveis com a atividade (eletricista, pedreiro, carpinteiro, soldador, entre outros).

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Vara do Trabalho de Naviraí, Av. Caarapó nº 788, Naviraí - MS, CEP 79.950-000, telefone: (67) 3461-0016.

Os serviços deverão ser realizados em horário de funcionamento do CONTRATANTE (de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00) e observarão, rigorosamente, os prazos e as quantidades previstas.

No período de recesso forense (20 de dezembro a 06 de janeiro), os serviços deverão ser efetuados nos horários das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e das 08h00 às 12h00 nos dias 24 e 31 de dezembro.

Caso haja serviços no cronograma físico-financeiro que estejam previstos para realização durante o período de recesso forense, o CONTRATANTE poderá optar pela não realização destes serviços, sendo que todo o período paralisado será abonado, com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

consequente dilação do prazo final de entrega, entretanto sem que haja qualquer impacto financeiro (aditivos) a contratação, seja para o CONTRATANTE ou para a CONTRATADA.

A eventual alteração de horário de trabalho poderá ser solicitada à Fiscalização, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, desde que não haja ônus para o CONTRATANTE. A análise e deferimento da solicitação será apreciada pela Administração do Tribunal e respondida em até 2 (dois) dias úteis, por meio da Fiscalização.

PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução dos serviços está compreendido no prazo de vigência desta contratação, sendo de 8 (oito) meses.

Após a assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 3 (três) dias consecutivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução dos serviços do(s) respectivo(s) responsável (eis) técnico(s), bem como o Visto de atuação profissional, quando não se tratar de empresas e profissionais registrados em Conselhos de Classe (CREA ou CAU) de Mato Grosso do Sul.

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução do objeto contratado deverá conter no mínimo uma das seguintes atividades técnicas referentes à execução da reforma predial em Naviraí/MS:

- Execução;
- Coordenação;
- Supervisão.

A Ordem de Início dos Serviços será emitida em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução dos serviços do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s) pelo serviço.

Os serviços deverão ser efetivamente iniciados no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

Contados da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços, deverão ser providenciados e apresentados ao CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

consecutivos, observando-se que o pagamento das taxas e dos emolumentos será realizado exclusivamente pela CONTRATADA:

- os planos PCMAT, PPRA e PCMSO, no que for aplicável;
- a apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), de acordo com a Resolução 307, de 05 de julho de 2002 do CONAMA e alterações dadas pela Resolução CONAMA nº 448, de 18.01.2012 (atualizada), no que for aplicável.

O prazo para a conclusão da execução dos serviços objeto da contratação será de no máximo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos contados do início efetivo da execução dos serviços que, por sua vez, observará os prazos a que se referem a emissão da Ordem de Início de Serviços e do prazo para início efetivo da reforma.

O cronograma físico-financeiro da execução é formado por 4 (quatro) etapas, sendo que cada etapa corresponde a 1 (um) mês, assim entendido o período de 30 (trinta) dias consecutivos.

Para efeito de contagem do prazo, considerar-se-á como data da finalização do objeto contratual, a data da comunicação escrita da CONTRATADA da conclusão dos serviços, que deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

A CONTRATADA executará a obra ou serviço dentro do prazo máximo fixado, obrigando-se, ao término desse prazo, realizar sua entrega inteiramente concluída.

Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificação do projeto ou das especificações, em razão de fato técnico superveniente, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
- omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos (desde que seja atraso em pagamento igual ou inferior a noventa dias) de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Ficará a cargo da CONTRATADA comprovar a ocorrência superveniente de fatos excepcionais ou imprevisíveis, devendo formular requerimento de prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, de conclusão ou de entrega dos serviços, contemporâneo às ocorrências.

A suspensão temporária do Contrato poderá ocorrer quando, por questão de força maior, houver interrupção, por um período superior a 90 (noventa) dias consecutivos, da liberação da dotação orçamentária e/ou de recursos financeiros, até que seja normalizada a situação. Nesse caso o CONTRATANTE reembolsará à CONTRATADA exclusivamente os custos relativos à desmobilização do canteiro. Por ocasião da regularização da dotação orçamentária e/ou de recursos financeiros e, consequentemente, a retomada da execução do Contrato, de modo semelhante, o CONTRATANTE reembolsará à CONTRATADA exclusivamente os custos relativos à mobilização/desmobilização do canteiro, observados os preços constantes da Planilha de Quantitativo e Custos Unitários (PQCU) referente a esses itens.

Nos casos em que os prazos contratuais terminarem em feriados, sábados ou domingos (ou seja, dia não útil), ficam expressamente postergados para o dia útil subsequente.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

O prazo de garantia dos serviços e dos materiais utilizados não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo Final da Obra, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

Conforme § 6º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o Termo de Recebimento Definitivo Final da reforma não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da reforma do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades determinadas no Projeto Básico (projetos executivos, planilha orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e memoriais descritivos), e demais documentos técnicos estabelecidos neste instrumento.

A CONTRATADA poderá pleitear eventuais substituições, desde que justifique previamente sua necessidade à equipe de fiscalização. Essa comprovação se dará por meio de materiais equivalentes tecnicamente, para análise e possível aprovação da equipe de fiscalização. A equivalência técnica se refere às especificações técnicas dos materiais ou equipamentos, nas quais estão estabelecidas as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo projeto.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

A execução da reforma tem como base as seguintes características:

- A CONTRATADA deverá assumir todos os custos com deslocamento, refeição, pernoite e encargos trabalhistas dos funcionários que compõem a equipe de execução dos serviços.
- A CONTRATADA deverá levar em consideração os critérios de medição apresentados para quantificação dos serviços.
- A CONTRATADA deverá levar em consideração o funcionamento da Vara do Trabalho, gerando condições adequadas de acesso e utilização das edificações existentes no local.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão realizadas a cada período de 30 (trinta) dias consecutivos, contados, para a primeira etapa, do efetivo início dos serviços, e o pagamento está condicionado a conclusão integral dos serviços programados na etapa correspondente ao cronograma físico-financeiro, projetos executivos, especificações e memoriais descritivos.

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela Fiscalização;

A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar as planilhas do orçamento e o cronograma físico-financeiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

O pagamento ocorrerá somente após a conclusão de cada etapa da obra ou serviço, conforme definido no cronograma físico-financeiro.

Os pagamentos correspondentes serão efetuados mensalmente pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após o término de cada etapa, com recebimento e a liquidação da nota fiscal/fatura, com base nas medições referentes aos serviços executados e previstos nas etapas do cronograma físico-financeiro.

As planilhas deverão ser vistas pela CONTRATADA, observado que deverá ser apresentado o Livro de Ordem (Diário de Obras) referente ao período, conforme modelo constante deste Projeto Básico.

Em caso de antecipação do pagamento, com prazo inferior ao indicado no cálculo do BDI, anexo do Edital, deverá ser descontada a parcela relativa às despesas financeiras na taxa de BDI, calculada proporcionalmente ao número suprimido de dias (pro-rata).

ALTERAÇÕES DO CONTRATO (TERMOS ADITIVOS)

O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, observado no que couber os procedimentos padronizados pelo Decreto nº 7.983/2013.

As alterações de projeto, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias serão justificadas por escrito e previamente autorizadas pela autoridade competente.

No caso de alterações de especificações técnicas, é obrigatório assegurar a manutenção da qualidade, garantia e desempenho dos insumos a serem empregados, conforme o Contrato firmado.

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

As supressões, os acréscimos ou as modificações que resultarem em serviços complementares ou extraordinários serão objeto de termos aditivos ao Contrato, respeitada a limitação fixada no subitem anterior e observado o disposto no Capítulo III do Decreto nº 7.983/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Conforme previsto no art. 13 do Decreto nº 7.983/2013, por se tratar de regime de empreitada por preço global, deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os preços unitários dos acréscimos de serviços e quantitativos (aditamentos) observarão a regra do artigo 15 do Decreto nº 7.983/2013, cuja formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo CONTRATANTE, na forma prevista no Capítulo II e observado o disposto no art. 14 do referido Decreto, e mantidos os limites do previsto nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

Nos casos de serviços constantes na planilha de referência da Administração e na planilha CONTRATADA, os custos do orçamento de referência da Administração serão apurados de acordo com os valores do orçamento de referência estipulados neste Edital, bem como os custos da planilha da CONTRATADA serão apurados no Contrato.

Nos casos de serviços não constantes na planilha CONTRATADA, o custo do orçamento de referência da Administração para aditamentos será apurado utilizando-se a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, para a mesma data do orçamento-base (original) de referência da Administração ou, caso inexistente, será apurado pela utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor, ou em pesquisa de mercado atestada pela Administração. A taxa de BDI será a mesma utilizada no orçamento-base (original) de referência da Administração.

A diferença percentual entre o valor global do Contrato e o preço global de referência estimado pelo CONTRATANTE não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Em caso de aditamento com prorrogação de prazo e com acréscimo de serviços, a apuração da Administração Local (contida na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários) será realizada proporcional ao prazo dilatado, mantendo-se a proporcionalidade percentual da proposta inicial, calculada como a razão entre o valor total da Administração Local e o valor global do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Em caso de aditamento sem prorrogação de prazo e com acréscimo de serviços não haverá acréscimo ou adicional de pagamento de Administração Local (contida na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários), uma vez que será considerada suportada pela capacidade operacional da CONTRATADA.

Em caso de aditamento com prorrogação de prazo e sem acréscimo de serviços, por motivação da CONTRATANTE, a apuração dos novos custos da Administração Local (contida na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários) será realizada proporcional ao prazo dilatado, observada a redistribuição do cronograma quanto aos itens efetivamente necessários. Os novos custos da Administração Local estarão limitados, em cada etapa redistribuída ou acrescida, ao percentual de serviços (subitens) relativos à Administração Local da proposta inicial calculado como a razão entre o valor total da Administração Local e o valor global do Contrato, dividido pelo número de etapas previsto inicialmente (neste caso, 4 [quatro] meses).

Em caso de aditamento com prorrogação de prazo e sem acréscimo de serviços, por motivação da CONTRATADA, não haverá pagamento adicional da Administração Local (contida na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários) no período dilatado.

As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Quando a reforma ficar integralmente concluída, de perfeito acordo com o previsto no Projeto Básico, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, em 3 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

Para o recebimento provisório, todos os ambientes em que existiram intervenções ou que serviram de trânsito de pessoas durante os serviços devem estar convenientemente limpos, já retirados os tapumes, as proteções e as sinalizações. Este recebimento provisório será realizado pelo servidor engenheiro do CONTRATANTE responsável pela Fiscalização ou, em seu afastamento e impedimento, pelo seu substituto, com o responsável técnico da empresa CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação de conclusão pela CONTRATADA.

A emissão do Termo de Recebimento Provisório somente ocorrerá depois de satisfeitas às seguintes condições:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- a conclusão dos serviços aditados, se houver;
- a entrega ao CONTRATANTE do caderno técnico contendo:
- todos os projetos atualizados como construído – “As Built” (por meio digital em formato DWG e uma cópia impressa);
- o fornecimento, quando for o caso, dos documentos abaixo relacionados, conforme o descrito no Caderno de Encargos ou nas especificações de serviços:
- certificados de aprovação de instalações e/ou equipamentos por parte de órgãos de fiscalização do Governo, no que couber;
- certificados de garantia de serviços, de materiais e/ou de equipamentos;
- manuais de operação e manutenção de máquinas, instalações e equipamentos.

Estabelece-se o prazo de até 90 (noventa) dias consecutivos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, para observação de eventuais vícios ocultos decorrentes dos trabalhos realizados, com a finalidade de se comprovar a adequação do objeto aos termos contratuais e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final.

O prazo de correção destes vícios não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos contados da notificação da CONTRATADA.

A emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final da obra dependerá da:

- apresentação da documentação “as built” ou “como construído” da obra e/ou reforma, contendo projetos, caderno de especificações, garantias específicas de instalações e equipamentos, manual de uso, operação e manutenção predial, as condições de operação definidas em projeto (tais como cargas máximas e mínimas, periodicidade de intervenções, etc.), elaborado pela CONTRATADA e conferido pela Fiscalização e sua equipe técnica auxiliar;
- comprovação da organização e arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, o relatório de recomendações e instruções de utilização e uso das instalações e equipamentos, acompanhado de eventuais catálogos e tabelas de fabricantes e montadores, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e/ou reforma e notificações expedidas;
- apresentação de certidão negativa de débitos previdenciários (CND/INSS) da matrícula da obra e/ou reforma (CNO – Cadastro Nacional de Obras), específica para o registro do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis, quando aplicável;
- apresentação de certidão negativa do FGTS em plena validade;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- comprovação do atendimento de todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra e/ou reforma;
- aprovação, após verificação final dos ambientes prediais, por meio de inspeções no local com intuito de averiguar a inexistência de vícios ocultos surgidos após a data da emissão do Termo de Recebimento Provisório e/ou a completa resolução dos problemas detectados, observados os prazos a que se referem (em até 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório e em até 15 dias da notificação para correções).

O Recebimento Definitivo Final dar-se-á por Comissão ou servidor a ser designado pelo CONTRATANTE, em época oportuna, mediante termo circunstanciado, formalizado em 3 (três) vias, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

No período de conservação obrigatória dos serviços realizados, aqui considerado o período compreendido entre a data de emissão do Termo de Recebimento Provisório e a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final, serão executados os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela fiscalização, correndo à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes dessa atividade.

O prazo para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final será de no máximo 90 (noventa) dias consecutivos contados da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, ressalvada a ocorrência de casos excepcionais devidamente justificados e previstos neste instrumento, no edital ou no Contrato.

Ressalva-se que esses Termos de Recebimento (Provisório e Definitivo Final) não excluem a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços executados, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, sendo que a CONTRATADA responderá (conforme artigo 618 da Lei nº 10.406/2002), durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Findo o prazo, para sanar os defeitos e as imperfeições não corrigidos tempestivamente pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias referidas, não desconsideradas as demais sanções administrativas.

O prazo definido no artigo 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), será contado a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo Final da obra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Todas as atividades a serem realizadas no objeto da execução da estrutura e cobertura foram verificadas no local, por meio de vistoria técnica.

Após a identificação de cada problema a ser resolvido, estabelece-se a solução (ou conjunto de soluções) as quais são registradas em por meio de plantas arquitetônicas (vistas, cortes, detalhes), de modo a registrar todas as intervenções a serem realizadas e sua quantificação.

Foram utilizadas as plantas e vistas do imóvel para se apurar as quantidades pretendidas, as quais foram registradas no arquivo digital anexo, contendo a memória de cálculo dos levantamentos realizados.

As quantidades são apuradas por unidades de medidas de comprimento (m), de área (m²), de volume (m³) e itens unitários (unidades), dependendo da melhor aplicabilidade à atividade a ser executada bem como verificando-se a disponibilidade de composições de custos unitários disponíveis no sistema SINAPI ou outras bases oficiais existentes.

Para tanto, foi consultada além da página eletrônica do sistema SINAPI / CEF (disponibilizadas, para consulta e aplicação nesta contratação, pela página eletrônica da Caixa Econômica Federal [endereço eletrônico: acessar Relatórios por Unidade da Federação – Mato Grosso do Sul – <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx>], também o acesso digital a página do TCPOWEB na qual consta diversos sistemas referenciais de composições de custos unitários.

Neste último caso, aproveita-se os índices de consumo de materiais e equipamentos propostos, bem como os índices de produtividade da mão de obra, substituindo-se por custos de insumos constantes do sistema SINAPI. Nessa situação, as composições de custos unitárias são referenciadas pelo código original do sistema de origem e indicadas que se tratam de composições adaptadas ao sistema SINAPI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Naquelas situações em que não houver disponibilidade de custos de insumos, foram buscadas cotações de mercado para estabelecimento de custo médio a ser utilizado.

Dada a especificidade da reforma pretendida, verifica-se que não há outras contratações neste Tribunal aptas a serem empregadas conjuntamente. Ademais, pode-se ter dificuldades, no caso de serviços, relacionados ao estabelecimento posterior de individualização de responsabilidades (em havendo dois ou mais contratados simultaneamente) por garantia contratual das atividades realizadas.

Se fosse o caso de fornecimento exclusivo de materiais, em algumas situações específicas poderiam ser utilizadas, principalmente aqueles itens de menor valor agregado ou maior controle de qualidade na fabricação, de modo a se evitar posteriores dificuldades de responsabilização pela execução dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Primeiramente, a execução deste serviço por meios próprios (modo direto) não é viável, haja vista ser necessário o emprego de materiais, equipamentos e de mão de obra capacitada, as quais não se dispõem neste Tribunal.

Quanto à elaboração do projeto básico, este sim já será entregue no âmbito do Edital, confeccionado pelos servidores deste Núcleo, de modo a estabelecer exatamente os serviços a serem realizados.

Desse modo, a realização da execução do serviço deverá ocorrer de modo indireto (por terceiros).

Em seguida, verifica-se sobre a necessidade de licitação ou se é possível adotar a contratação direta por meio da dispensa de licitação (inciso I, art. 75 da Lei nº 14.133/2021) ou da inexigibilidade do procedimento licitatório (art. 74 da Lei nº 14.133/2021).

Verifica-se que ambas as hipóteses não se enquadram nos requisitos legais dos casos de dispensa (valor superior ao limite de R\$ 119.812,02 - Decreto nº 11.871/2023) ou de inexigibilidade de licitação (existe possibilidade de competição entre potenciais empresas).

Assim, faz-se necessário o procedimento licitatório. Como regra geral, deve-se primeiramente verificar a obrigatoriedade de adoção do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns (inciso XLI, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

Desse modo, deve-se confirmar ou não o enquadramento do objeto pretendido com a definição de serviço comum, sendo, neste caso, serviço comum de engenharia (alínea a, inciso XXI, art. 6º, Lei nº 14.133/2021) ou serviço especial de engenharia (alínea b, inciso XXI, art. 6º, Lei nº 14.133/2021) ou ainda no conceito de obra (inciso XII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

Neste caso, há que se verificar se as atividades pretendidas nesta reforma não são enquadradas no conceito de obra (inciso XII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021). Em análise ao conjunto de atividades, verifica-se que o objeto final pretendido acarreta alteração das características originais do bem imóvel. Entretanto, conforme recente treinamento realizado com Auditor Federal de Controle Externo Rafael Jardim Cavalcante, o entendimento de obra tem que se considerar e avaliar a extensão, grandeza, e o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

princípio da maximização da vantagem para Administração, no que concerne aos custos, especialização da contratada frente ao resultados esperados, tempo de execução e grau de riscos.

Nesse sentido, foi revisto nosso entendimento a respeito desta reforma, de modo que a magnitude das alterações propostas não são substanciais, haja vista o porte da edificação e os itens a serem reformados. Tampouco inovam significativamente o espaço físico da natureza, uma vez que a edificação já existe e apresenta baixa complexidade de execução, no contexto do mercado local.

Assim, a reforma predial pretendida não se enquadra no conceito de obra (inciso XII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

Conforme indicado, haverá certo grau de alteração das características originais do imóvel, por meio de substituição de instalações elétricas, fechamento perimetral e calçamento parcial de área para estacionamento veicular, entretanto com baixa complexidade e relativa preservação das características originais do imóvel. Deste modo, há enquadramento possível no conceito de serviço comum de engenharia (alínea a, inciso XXI, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

Deste modo, ao se analisar o art. 29, Lei nº 14.133/2021, verifica-se que é possível a adoção do pregão ou concorrência, sendo que neste caso, deve-se adotar o PREGÃO haja vista que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que serão objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Faz-se necessária a escolha do critério de julgamento da licitação, a qual opta-se pela de MENOR PREÇO (alínea a, inciso XXXVIII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021), haja vista que as demais opções (art. 33, Lei nº 14.133/2021) envolvem características não aplicáveis ao objeto pretendido (complexidade técnica compatível ao mercado local, não há retorno econômico da reforma, possibilidade da empresa aplicar diferentes taxas de desconto unitário para formação do preço global).

No que tange aos prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, por se tratar de serviço comum de engenharia e a adoção de critério de julgamento de menor preço, deverá ser empregado o prazo de 10 (dez) dias úteis (alínea a, inciso II, art. 55, Lei nº 14.133/2021).

Quanto a outras alternativas para atendimento da necessidade apresentada, inclusive utilizando como fonte contratações similares feitas por outros órgãos, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades deste Tribunal, verifica-se que se está adstrito exclusivamente as normas legais que regem as licitações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Contudo, pondera-se que neste caso, as inovações poderiam estar em um nível maior de atuação/controle deste Tribunal.

Para exemplificação, poder-se-ia unificar as demandas do Poder Judiciário (Eleitoral, Federal, Trabalhista) para que os Planos de Contratações Anuais possam ser consolidados em conjuntos semelhantes, de modo a compartilhar a edição e aprovação de ETPs, TRs, Projetos Básicos e inclusive o compartilhamento de fiscalização de obras e serviços em localidades e períodos semelhantes, bem como realização de operações e manutenções prediais.

Tais propostas poderiam otimizar a utilização de mão de obra especializada (arquitetura, engenharias) que de modo geral são “gargalos” no Poder Judiciário, uma vez que sua atividade-fim não está diretamente ligada a atividades de construção civil, arquitetura e engenharias, situações essas em que não se tem aportado recursos mínimos necessários para o regular desempenho técnico dessas atividades profissionais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

Toda obra e serviço de engenharia ou arquitetura devem seguir as disposições da Lei nº 14.133/2021, no que concerne a construção do preço e custos do objeto a ser licitado e de seu projeto básico (art. 6º, inciso XXV).

Especificamente para os casos em tela, o parágrafo 2º da Lei nº 14.133/2021 estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Em suma, o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto por meio dos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto no inciso I do parágrafo 2º da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio de mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (inciso II).

Ainda se persistir a falta de definição dos custos, poderá ser utilizada as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços (inciso III).

No caso previsto no inciso IV, ainda não se dispõe de sistema de consulta de notas fiscais eletrônicas.

Por fim, se necessário, será realizada pesquisa de mercado, com fornecedores de insumos, materiais, equipamentos ou serviços, a depender das especificidades das atividades a serem realizadas.

Portanto, o preço final é obtido por meio de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, estes obtidos conforme supracitado.

Destaca-se que a estimativa prévia dos serviços a serem realizados estava com valor estimado em R\$ 500.000,00.

Entretanto, somente com o detalhamento da planilha de quantitativos e custos unitários, que abarcam a totalidade dos serviços pretendidos na reforma, é que será possível apurar o valor estimado global máximo.

Referente a adequação orçamentária, as despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), na Natureza de Despesa nº 339039 (Serviços - Pessoa Jurídica), cujos recursos estão inscritos no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira – SIGEO/JT sob nº XXXXXXXX, classificação funcional programática 02.122.0033.42.56.0054 e da categoria econômica 3 (despesas correntes).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia ou arquitetura; preparação de canteiro e mobilização de equipes e ferramental; isolamento das áreas de intervenção para manter ambiente seguro; demolições e retiradas; realização dos serviços de alvenaria, estruturas, pisos, revestimentos, cobertura, elétrica, esquadrias de madeiras, esquadrias metálicas, pinturas e acessibilidade; retirada de tapumes e limpeza final externa; entrega do serviço.

Especificamente, conforme levantamento final do Programa de Necessidades, realizado em setembro de 2023, tem-se as seguintes soluções detalhadas:

Adequações deverão respeitar a legislação do Corpo de Bombeiro do Estado do Mato Grosso do Sul, as posturas de acessibilidade conforme a NBR 9050 e as orientações da Segurança Institucional, atentando a acessibilidade, segurança e conforto, disponibilizando infraestrutura com sustentabilidade e com redução nos custos de manutenibilidade, contribuindo na busca de resoluções de conflitos trabalhista de forma rápida e efetiva.

- Prazo estimado para início e fim da reforma: novembro de 2024 a fevereiro de 2025;
- Haverá aterramento em todas as tomadas, todos os disjuntores serão trocados para o padrão DIN e será ofertado mais pontos elétricos para evitar o uso de extensão
- Previsão de criação de estacionamento (calçamento) sob usina fotovoltaica.
- Retirada de alambrado e substituição por gradil com cerca elétrica
- Aumento do número de câmeras e iluminação de fachada
- Substituição de lâmpadas eletrônicas e fluorescentes por equivalentes em Leds,
- Pintura interna e externa da edificação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Instalação de piso tátil interno e externo.
- Substituição das fechaduras de bola por alavanca e troca das portas
- Ampliação do sistema de drenagem e esgoto
- Impermeabilizações de paredes internas e externas
- Fechamento da área de serviço
- Substituição do ACM da fachada.
- Instalação de chapim metálico nos muros.
- Substituição das torneiras convencionais por de alavanca com fechamento automático.
- Substituição da fiação elétrica
- Atualização dos cabos de lógica para CAT6
- Substituir porta de correr por porta de abrir com barra antipânico na entrada principal
- Colocar manta aluminizada nas telhas
- Substituir lixeira por conjunto para coleta seletiva
- Instalar tomadas para estabilizadores nas salas de audiência e técnica
- Substituir fogão a gás por indução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

PARCELAMENTO DO OBJETO: O objeto é composto por um único item: contratação de empresa especializada de serviços de engenharia ou arquitetura para a execução de reforma predial conforme projetos executivos, caderno de encargos (especificações, orçamento) e cronograma físico-financeiro, em imóvel que abriga a Vara do Trabalho de Naviraí/MS.

Dada as condições de execução e a natureza dos serviços a serem realizados, as empresas deste ramo estão aptas a atender o objeto de modo completo (sem parcelamento).

Segue orientações do TCU, a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução? Não, o objeto apresenta muitas interdependências entre atividades, o que dificulta o gerenciamento de diversas empresas e frentes de equipe, bem como posterior definição de responsabilidade sobre o executado (garantias, resultados).
- 2) É economicamente viável dividir a solução? Não, em razão de possíveis atrasos resultantes das contratações correlacionadas e da necessidade de rápido restabelecimento das condições de utilização do imóvel, bem como duplicação de custos de administração local e central das atividades.
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução? Não se pode afirmar, dado que o sistema a ser reformado é de pequeno porte.
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? Não se pode afirmar. Entretanto, empresas especializadas podem ser necessárias (revestimento de alumínio composto, impermeabilização de telhas).

Desta forma, não se indica o parcelamento do objeto, o qual se mostra inviável.

Contudo, como se verifica que provavelmente será necessária a contratação de empresa especializada em outros ramos de serviços de engenharia, a figura da subcontratação será permitida, mediante relação de serviços que poderão ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

realizados por este dispositivo, a fim de garantir a ampliação da competitividade das empresas participantes da licitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

A presente solução visa primordialmente cumprir a finalidade principal de restituir as funções dos sistemas da unidade predial.

Os itens previstos foram incluídos haja vista a disponibilidade orçamentária e a restauração das condições de acessibilidade e habitabilidade da edificação, de modo que as pessoas que ali transitam e laboram tenham ambientes em conformidade com as normas técnicas e legais.

A Administração pugnará pelo binômio preço-qualidade, estabelecendo o julgamento pelo menor preço, sob a estrita obediência das condições pré-estabelecidas no Projeto Básico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Os servidores do Núcleo de Manutenção e Projetos de Engenharia apresentam atribuição profissional suficiente para a realização da fiscalização e gestão da contratação. Ademais, será utilizado o manual vigente de fiscalização do Tribunal.

Todas as providências para eventuais adequações e proteções prediais (canteiro, isolamento de áreas) serão de responsabilidade da empresa a ser contratada.

Quando da interrupção dos locais internos de trabalho, resta definir a duração, o período e a sequência de execução a ser demandada para se efetuar os serviços com a menor interferência possível, cabendo a Fiscalização e aos responsáveis locais o estabelecimento do melhor sequenciamento de atividades.

Pela natureza da contratação, deverá ser definida de forma prévia quem será o responsável (CONTRATANTE ou CONTRATADA) por obter o licenciamento ambiental.

Entretanto, no caso dessa reforma predial, não haverá necessidade de licenciamento ambiental, haja vista a consulta realizada na legislação municipal específica, Decreto Municipal de Naviraí nº 113, de 12 de Setembro de 2023.

A captura de tela mostra a página de uma prefeitura. No topo, há uma barra de navegação com links para 'Sites Municipais', 'Leis Consolidadas', 'Ouvidoria', 'Transparência', 'Privacidade' e 'LGPD'. Abaixo, o brasão da Prefeitura de Naviraí é exibido ao lado do nome 'PREFEITURA DE NAVIRAÍ' e do slogan 'NOSSA CIDADE, NOSSO LUGAR'. À direita, há ícones para Facebook e YouTube. A seção principal, intitulada 'Legislação', contém dois links: 'Decreto Nº 113/2023: Atividades Dispensadas de Licenciamento Ambiental' e 'Decreto Nº 130/2023: Manual de Licenciamento Ambiental'.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DECRETO Nº. 113, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre as atividades dispensadas de Licenciamento Ambiental no Município de Naviraí-MS, de acordo com sua classificação de risco

Art. 1º Definir em observância ao grau de risco ambiental das atividades econômicas no Estado do Mato Grosso do Sul conforme **Anexo único** deste Decreto, as atividades **dispensadas de Licenciamento Ambiental no âmbito Municipal**.

Art. 2º Para fins desta Resolução adotam-se as seguintes definições:

XIX - Atividade dispensada: atividade não passível de licenciamento ambiental;

Art. 3º Para efeito de licenciamento ambiental em relação ao grau de risco de atividade econômica adota-se a seguinte classificação de:

I - Atividade Econômica Baixo Risco, Nível de Risco 1: atividade econômica dispensada ou isenta do licenciamento ambiental estadual, para operação e funcionamento do estabelecimento ou atividade.

II - Atividade Econômica de Médio Risco, Nível de Risco 2: atividade econômica licenciada por meio de Comunicado de Atividade.

III - Atividade Econômica de Alto Risco, Nível de Risco 3: atividade econômica que necessita de procedimento de análise de processo de licenciamento ambiental, com vistorias prévias para emissão da licença ou autorização ambiental.

ANEXO ÚNICO – ENQUADRAMENTO AO NÍVEL DE RISCO DAS ATIVIDADES

sse	Denominação	Risco	Dispensada
41 . 20- 4 - 00	Construção de edifícios	1	DISPENSADA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

43 . 29- 1 - 99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 03	Obras de acabamento em gesso e estuque	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 04	Serviços de pintura de edifícios em geral	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	1	DISPENSADA
43 . 30- 4 - 99	Outras obras de acabamento da construção	1	DISPENSADA
43 . 91- 6 - 00	Obras de fundações	1	DISPENSADA
43 . 99- 1 - 01	Administração de obras	1	DISPENSADA
43 . 99- 1 - 02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	1	DISPENSADA
43 . 99- 1 - 03	Obras de alvenaria	1	DISPENSADA
84 . 11- 6 - 00	Administração pública em geral	1	DISPENSADA

Assim, não será necessário nenhum tipo de licenciamento ambiental.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Primeiramente, convém mencionar que não há nos contratos em andamento sob supervisão deste Núcleo que trata do mesmo objeto.

Na contratação anterior de manutenção predial (Processo 3075/2018) e na contratação em andamento (Processo 21828/2022) embora haja grande maioria de itens previstos nesta reforma, verifica-se que não existe enquadramento em serviços de engenharia, dada a extensão das intervenções pretendidas.

Ainda, não se dispõe no quadro de servidores deste Tribunal, sob supervisão deste Núcleo, de mão de obra com capacidade técnica e operacional para realizar tais serviços (execução direta). Deste modo, impõe-se a contratação de terceiros (execução indireta).

Será necessária a posterior intervenção do setor de segurança institucional deste Tribunal, uma vez que será instalada cerca eletrificada (inclusa na entrega) bem como a infraestrutura para instalação de câmeras de CFTV (equipamentos não inclusos na entrega).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Basicamente, os principais materiais e serviços utilizados nessa contratação são:

- retirada de cercamento em tela galvanizada: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- demolições e rasgos em alvenaria bem como recomposição do piso e das paredes: o material produzido é considerado entulho de obra, sendo, portanto encaminhado para descarte de resíduos por meio de caçamba de recolhimento de entulhos, autorizada para disposição final em aterros licenciados do município;
- remoção de chapas metálicas (ACM da fachada): podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- retirada de concertina, fiações elétricas e vidros: podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente;
- execução de área de serviço e vagas veiculares cobertas, passeio em concreto, gradil de fechamento do terreno, instalações elétricas, instalações de lógica, pinturas, revestimentos em geral, impermeabilização de telhas metálicas: no processo de instalação, haverá perdas e sobras (pedaços e arremates), as quais também podem ser enviados para reciclagem ou descartados adequadamente.

As atividades apresentam baixo impacto ambiental em seu processo de execução, sendo a intervenção de curta duração, com produção de ruídos e particulados.

As consequências podem ser reduzidas pela desocupação temporária dos ambientes afetados durante o período de intervenção. Após a finalização do serviço, deverá ser realizada uma limpeza final nos locais da reforma.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A contratação de empresa especializada de serviços de engenharia ou arquitetura para execução de reforma predial na Vara do Trabalho de Naviraí/MS se mostra necessária para adequação do prédio principal e terreno anexo (onde se localiza a usina fotovoltaica), de modo a melhorar as instalações elétricas e lógicas, a segurança perimetral, as infiltrações na cobertura, a fachada principal, bem como prover cobertura na área de serviço e para veículos. Ainda contará com pintura geral do imóvel.

Desse modo, entendemos que a solução apresentada atende aos requisitos da necessidade identificada no Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, bem como maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

CONCLUSÃO

O posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina consta do item XIII do ETP, o qual aponta favorável à contratação.

Este é o Estudo Técnico Preliminar e demais análises.

Campo Grande/MS, 06 de setembro de 2024.

1. Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

Nome: Robinson Alt
Telefone: 3316-1804
E-mail: nmp@trt24.jus.br

Nome: Amon Micael F. Flores
Telefone: 3316-1804
E-mail: nmp@trt24.jus.br

Nome: Géssica Damasio Cabral
Telefone: 3316-1891
E-mail: socioambiental@trt24.jus.br

Nome: Mateus Cominetti
Telefone: 3316-1891
E-mail: socioambiental@trt24.jus.br

PORTARIA TRT/DG N° 154/2024 - Institui Grupo de Trabalho para estudos referentes à contratação de empresa especializada de serviços de engenharia ou arquitetura para execução de reforma predial na Vara do Trabalho de Naviraí/MS (documento n° 7 do PROAD n. 2946/2024).

2. Membros da Equipe de Fiscalização (sugestão):

Nome: Renato M. O. Lima
Telefone: 3316-1804
E-mail: nmp@trt24.jus.br

Nome: Marcelo A. Nakao
Telefone: 3316-1804
E-mail: nmp@trt24.jus.br